

Outra experiência na Saúde

Dentro de pouco mais de mês São Paulo começará a assis-
tir a mais uma experiência
no campo da Saúde Pública. Depois
de defrontar-se com todo tipo de
problema e de ensaiar várias solu-
ções — inclusive uma parceria em
forma de convênio com a Associa-
ção Paulista de Medicina e grandes
escolas médicas —, a Prefeitura
parte para o *Plano de Atendimento
à Saúde (PAS)*, cuja primeira curio-
sidade começa na escolha de seu
principal gestor: um sociólogo e não
um médico. O projeto piloto já tem
delimitação geográfica escolhida, os
bairros de Perus e Pirituba. A popu-
lação terá prazo para cadastramen-
to e o primeiro público-alvo — cri-
tério sensato — são os habitantes
de moradias isentas de IPTU.

Do pouco que se conhece do pro-
jeto divulgado pela imprensa, a re-
gionalização pretendida parece,
sem dúvida, o aspecto mais promi-
-

sor do plano. Não é de hoje que se
sabe que qualquer otimização de re-
cursos públicos passa pela exata
delimitação da área beneficiada.
Quando se pode ter com clareza a
quantidade de recursos humanos e
materiais necessários para atender
à sua demanda de serviços, a proba-
bilidade de planejamento aumenta
e com ela a de desperdício diminui.
Até mesmo do ponto de vista políti-
co as pressões diminuem quando se
regionaliza o atendimento. Quando
se circunscreve a demanda é possí-
vel regular a oferta. E vigiá-la.

Afora o caráter de regionalização,
o PAS tem outras propostas, que
merecem discussão. A se confirmar
o que vem sendo divulgado pela im-
prensa, sérios problemas de gestão,
não apenas no projeto piloto, mas
em todo o sistema de saúde em São
Paulo podem ser esperados. Inde-
pendentemente de qualquer juízo
de valor sobre o novo projeto, deve

pensar-se em termos de alguma
continuidade administrativa — ao
menos ao longo da mesma gestão,
porque, enfim, se os secretários de
Saúde foram vários, o prefeito segue
sendo o mesmo. Não se pode gastar
fortuna em publicidade, prometendo
que a Prefeitura
resolve o pro-
blema da saúde
“começando por
quem resolve o
problema do pa-
ciente” — divul-
gando a conquista
de piso salarial
minimamente dig-
no para o médico e
todo um projeto de carreira — e, na
semana seguinte, literalmente, dar
posse a novo secretário de Saúde
que, na primeira entrevista, avisa:
médicos e funcionários serão licen-
ciados (sem perda dos seus direi-
tos) ou pedirão demissão antes de

ser contratados pelas cooperativas,
ponto base do PAS! Há mais. Quan-
do o piso dos médicos foi votado pe-
la Câmara Municipal, os vereadores
compuseram-se em nome do esta-
belecer de plano de cargos e salá-
rios, de perspectiva de carreira, pa-
ra o profissional de
saúde. A publicidade
oficial louvava exata-
mente isso. Três dias
depois muda tudo no
trato com os médicos
e a população. Que
sucederá com o que
foi votado na Câmara?
É letra morta?

O PAS ainda é um
ilustre desconhecido. Pode ter ou
não pontos favoráveis. Mas não si-
naliza a mínima coerência nos atos
da administração. Por todas essas
razões, deve ser mais bem conheci-
do. Especialmente porque pode vir
a ser uma solução.

**Ao regionalizar o
atendimento, a
Prefeitura
esqueceu os
acordos
assinados?**